

## RUBEM BRAGA

## Ainda as Eleições

NOVA YORK, novembro (Pela Varig) — Uma coisa que me chamou a atenção nesta campanha eleitoral foi a falta de propaganda dos candidatos a deputado. Em parte alguma de Nova York vi um só cartaz anunciando as virtudes de um candidato à Casa dos Representantes, e nenhum deles apareceu na televisão. Numa esquina do Greenwich Village vi uma pequena loja de propaganda de um desses candidatos, e mais nada.

Há duas coisas que talvez expliquem isso. Uma é que o mandato de deputado federal dura apenas dois anos, outra é que cada deputado é eleito pelo seu distrito. Um eleitor do Estado de Nova York, por exemplo, não vota nos 43 candidatos de seu Partido à bancada federal, mas apenas em um candidato, aquêle que se apresentou em seu distrito eleitoral. Creio haver nisso uma vantagem, que é a do eleitor escolher o seu deputado com certo conhecimento de causa. E uma desvantagem, que é impossibilitar a eleição de um candidato que, embora sem habilidades medíocres para criar e conservar uma clientela eleitoral em seu distrito, poderia ser eleito pelo nosso sistema com a pinga-pinga das várias seções, graças a seu prestígio intelectual ou moral.

A 6 de novembro foram eleitos não apenas o presidente, o vice-presidente e todos os deputados federais, como também um terço do Senado, governadores de vários Estados e... muitos juizes. Não creio que esse sistema de eleger juizes desse certo no Brasil, nem sei se dá nos Estados Unidos. Além de escolher tantos candidatos o cidadão americano ainda opinou em cada Estado, no «referendum» sobre o lançamento de empréstimos públicos destinados à construção de escolas, estradas, casas para ex-combatentes, etc. E geralmente aprovou: cerca de 2 bilhões de dólares para esses fins foram aprovados, sendo rejeitada a autorização para empréstimos no valor de 150 milhões, aproximadamente. Os eleitores de Nova York aprovaram um empréstimo estadual de 500 milhões para auto-estradas, mas deram contra outro de 100 milhões para financiar a construção de residências para famílias da classe média.

O voto aqui não é obrigatório; muita gente, assim, não se registra para votar. Este ano foram cerca de 50 por cento dos cidadãos americanos em condições de votar que se deram ao trabalho de fazê-lo, proporção menor que na eleição de 1952. Motivos: apatia política de uma grande parte do povo; a expectativa, em alguns Estados, de ser certa a vitória de tal candidato ou de tal Partido, e, portanto, a falta de estímulo tanto para seus adversários como para seus simpatizantes; complicações das várias leis estaduais que exigem diferentes requisitos.

Há também muita gente desgostosa com os dois partidos que acha fútil o esforço de votar em um terceiro, desses que sempre aparecem.

Em alguns Estados do Sul há taxas eleitorais, além de outras exigências, com uma finalidade mal disfarçada: diminuir o número de negros votantes. Além dos entraves postos na lei é também comum nesses Estados a prática de sofismas e chicanas para anular o registro de eleitores negros; este ano, como sempre, as autoridades federais tiveram de intervir em vários casos para corrigir essas práticas.

Diga-se, para honra dos americanos, que a odiosa discriminação racial é combatida com energia pelo que o país tem de melhor, e lenta, mas seguramente, esses preconceitos vão perdendo terreno. A parte mais progressista da opinião pública faz uma pressão constante sobre as autoridades, e as barreiras vão sendo derrubadas; essa luta, que tem aspectos dramáticos, ora vergonhosos, ora nobres, é, porém, muito longa, e não terminará tão cedo. O mal é grave e profundo.